



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
– Meio Ambiente e Patrimônio Cultural –

PAUTA

57ª SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO

02/10/2025 - 14h30

1. Temas para conhecimento e deliberação do colegiado:

1.1. Proposta de criação de novo enunciado em substituição aos enunciados 49 e 50, nos seguintes termos:

ATRIBUIÇÃO FEDERAL. FAUNA E FLORA. INTERESSE DIRETO, ESPECÍFICO E IMEDIATO DA UNIÃO. TRANSNACIONALIDADE OU ÁREA PERTENCENTE OU PROTEGIDA PELA UNIÃO.

A mera inclusão de espécie da fauna ou flora em lista nacional de espécies ameaçadas de extinção, por si só, não caracteriza a atribuição federal. O Ministério Público Federal possui atribuição para atuar nessa matéria apenas quando houver interesse direto, imediato e específico da União, como nas hipóteses de transnacionalidade da conduta ou de ocorrência do fato em áreas pertencentes ou protegidas pela União.

Referências: Tema 648 - RE 835.558, Relator Ministro Luiz Fux, Plenário, DJe 8.8.2017; RE n. 1.559.309-AgR/SC, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 28.8.2025; RE 1.551.297-AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 2.7.2025.

Precedentes: 1.33.015.000081/2023-87. Relator Subprocurador-geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios, deliberado na 662ª Sessão Ordinária de Revisão; 1.12.000.000600/2025-68, Relatora Subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, deliberado na 661ª Sessão Ordinária de Revisão; 1.33.005.000645/2024-81, Relator Subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina, deliberado na 661ª Sessão Ordinária de Revisão; e 1.18.001.000496/2025-88. Relator Procurador Regional da República João Akira Omoto, deliberado na 661ª Sessão Ordinária de Revisão.

1.2. Proposta de Alteração do Enunciado nº 67 - 4ª CCR, que passará a ter a seguinte redação:

INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS NO SISTEMA DO DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (SISDOF). COMÉRCIO E TRANSPORTE ILÍCITO DE MADEIRA. ATRIBUIÇÃO ESTADUAL. EXCEÇÃO: TRANSNACIONALIDADE OU ESPÉCIE DA FLORA ORIUNDA DE ÁREAS SOB A ADMINISTRAÇÃO/DOMÍNIO DA UNIÃO.

A fiscalização de condutas ilícitas relativas ao comércio e transporte de madeira, sobretudo àquelas relacionadas à inserção de informações falsas no Sistema do

Documento de Origem florestal (SisDOF), controlado e mantido pelo Ibama, não caracteriza, por si só, o interesse federal, devendo estar presentes circunstâncias, tais como: transnacionalidade, espécie da flora oriunda de áreas sob a administração/domínio da União. A mera inclusão de uma espécie em lista nacional de espécies ameaçadas de extinção, por si só, não caracteriza a atribuição federal.

Referências: Tema 648 - RE 835.558, Relator Ministro Luiz Fux, Plenário, DJe 8.8.2017; RE n. 1.559.309-AgR/SC, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 28.8.2025; RE 1.551.297-AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 2.7.2025.

Precedentes: JF-MBA-1008605-44.2024.4.01.3901-IP, Relator Subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina, deliberado na 662ª Sessão Ordinária de Revisão.

1.3. Proposta de Alteração do Enunciado nº 68 - 4ª CCR, que passará a ter a seguinte redação:

INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS NO SISTEMA DE CRIAÇÃO AMADORA DE PÁSSAROS SILVESTRES (SISPASS). ATRIBUIÇÃO ESTADUAL. EXCEÇÃO: TRANSNACIONALIDADE, FALSIFICAÇÃO/ADULTERAÇÃO DE ANILHAS OU ESPÉCIE ORIUNDA DE ÁREA SOB ADMINISTRAÇÃO/DOMÍNIO DA UNIÃO.

A fiscalização de condutas ilícitas relativas à atividade de manutenção e criação amadora de pássaros silvestres em cativeiro, sobretudo àquelas relacionadas à inserção de informações falsas no Sistema de Criação Amadora de Pássaros Silvestres (SisPass), controlado e mantido pelo Ibama, não caracteriza, por si só, o interesse federal, devendo estar presentes circunstâncias, tais como: transnacionalidade, falsificação/adulteração de anilha (selo público federal) ou espécie oriunda de área sob a administração/domínio da União. A mera inclusão de uma espécie em lista nacional de espécies ameaçadas de extinção, por si só, não caracteriza a atribuição federal.

Referências: Tema 648 - RE 835.558, Relator Ministro Luiz Fux, Plenário, DJe 8.8.2017; RE n. 1.559.309-AgR/SC, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 28.8.2025; RE 1.551.297-AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 2.7.2025.

Precedentes: 1.22.000.002457/2025-01, Relatora Subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, deliberado na 662ª Sessão Ordinária de Revisão.

1.4. Aprovação do texto final da Orientação Conjunta nº 01/2018 sobre Acordos de Colaboração Premiada, que será assinada em conjunto pelas 2ª, 4ª e 5ª CCRs.

ANEXO I - Íntegra da [orientação](#)

1.5. Aprovação do texto final da Orientação Conjunta nº 03/2018 sobre Acordos de não Persecução Penal (ANPP), que será assinada em conjunto pelas 2ª, 4ª e 5ª CCRs.

ANEXO II - íntegra do expediente [PGR-00373164/2025](#), que encaminha o texto da orientação para aprovação.

2. Comunicados:

2.1. O IBAMA, por meio do Ofício Circular n.º 52/2025 - 4ª CCR ([PGR-00356556/2025](#)), informou que concedeu acesso ao seu Sistema Eletrônico de Informações (SEI) aos membros e servidores que manifestaram interesse à adesão.

2.2. Encaminhado o **Ofício Conjunto n.º 1251/2025 - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª CCRs e PFDC** ao Procurador-geral da República, apresentando considerações sobre a Proposição CNMP n.º 1.00959/2025-00, que altera as Resoluções CNMP 23/2007 e 174/2017. ([PGR-00368156/2025](#))

2.3. Encaminhado o **Ofício n.º 1259/2025-4ªCCR** ao Procurador-geral da República, contendo informações sobre as ações voltadas ao fomento da atuação resolutiva no âmbito do MPF e apresentação de sugestões ao aprimoramento do teor da [Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN n.º 01](#). ([PGR-00373520/2025](#))

3. Informes sobre reuniões ocorridas:

26/08 – Reunião entre a 4ªCCR, membros do MPF e representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para apresentar a ação desenvolvida no bojo da Ação Civil Pública (ACP) n.º 2000.72.00.009825-0/SC, cuja finalidade é a recuperação ambiental da Mata Atlântica, envolvendo a conversão de multas ambientais em projetos de reflorestamento. O projeto realizou a recuperação de 1.296 hectares e beneficiou 1.169 famílias em assentamentos. Além disso, foram debatidos os desafios regulatórios e a importância do mecanismo de conversão de multas para aumentar a eficiência na aplicação dos recursos em projetos ambientais.

Ata da reunião: [PGR-00326956/2025](#)

04/09 – Reunião entre a 4ªCCR e representantes dos Ofícios Digitais e da Secretaria Nacional das Procuradorias Digitais (SNPD) para debater problemas ocorridos na distribuição de mandados de segurança relacionados a questões ambientais, envolvendo processos do estado de Santa Catarina. A reunião ocorreu a partir da provocação do Procurador da República Renato de Resende Gomes, dirigida à 4CCR, por meio do Ofício n.º 3282/GABPR1-RRG/9ºOFÍCIO/PRSC ([PR-SC-00039805/2025](#)). Como resultado, foram definidas propostas, incluindo o envio de ofícios para orientar as unidades estaduais sobre a importância do correto cadastramento, além da sugestão de revisão Portaria PGR/MPF N.º 268, para ajustar a atribuição de ofícios especiais em matérias ambientais, excluindo da atribuição dos ofícios especiais todos os temas afetos à matéria ambiental, tombamento e patrimônio histórico e cultural, incluídas as multas.

Ata da reunião: [PGR-00340568/2025](#)

10/09 – A Procuradoria-Geral da República (PGR) sediou o seminário “Governança Climática e 2º Encontro Cidades Verdes Resilientes”, um evento promovido pelo governo

federal que reuniu cerca de 400 participantes para debater a construção de uma gestão climática articulada e participativa no Brasil. Promovido pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, das Cidades e da Ciência, Tecnologia e Inovação, o seminário teve como foco a necessidade de parceria interinstitucional e governança compartilhada entre União, Estados e Municípios para enfrentar a crise climática e promover a adaptabilidade das cidades.

Notícia sobre o evento disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/procuradoria-geral-da-republica-sedia-seminario-sobre-estrategias-de-gestao-diante-das-mudancas-climaticas>

11/09 - 2º Evento Preparatório para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O Procurador da República Daniel Azeredo representou o Ministério Público Federal (MPF), destacando a atuação estratégica da instituição no combate ao desmatamento ilegal por meio da fiscalização e do controle das cadeias produtivas. O membro ressaltou o papel do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como ferramenta essencial de gestão, além da eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do programa Carne Legal.

Notícia sobre o evento disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-destaca-atuacao-estrategica-no-combate-e-ao-desmatamento-e-na-defesa-do-clima-em-evento-no-cnmp>

15/09 - Reunião entre a 4ªCCR e o Procurador da República Miguel de Almeida Lima, com foco em pontos envolvendo a reorganização dos Ofícios do MPF na Região Amazônica, com ênfase nas atividades de combate ao desmatamento e à mineração, especificamente no estado de Roraima. Fez-se observações sobre a dificuldade de estabelecer contato presencial com as instituições locais, a sobrecarga de trabalho sobre os ofícios existentes e a necessidade de se criar uma estrutura mais especializada e próxima da realidade local. A proposta inclui a conversão de Ofícios e a especialização de um deles para lidar com temas afetos à mineração, sugerindo ainda que Roraima absorva um percentual dos casos de mineração, que tramita atualmente no Amazonas. Ao final, foram definidos os encaminhamentos, como a submissão da proposta de reorganização dos Ofícios locais às Câmaras pertinentes e a realização de um levantamento processual detalhado.

Ata da reunião: [PGR-00359410/2025](#)

21/09 - Reunião entre a 4ªCCR, 6ªCCR e membros do GTI Impactos Socioambientais das Energias Renováveis (4ª e 6ª CCR) para discussão da proposta de alteração da Resolução Conama n. 462/2014, instrumento que regula o licenciamento de energia eólica. Os encaminhamentos incluíram a revisão da Resolução no Conama com o encaminhamento de Nota Técnica e a possibilidade de agendar um encontro com o MMA para discutir o andamento da proposta de consulta pública (OIT 169/2021) e o licenciamento de projetos eólicos.

Ata da reunião: [PGR-00369475/2025](#)

23/09 - Reunião entre a 4ª CCR e as professoras Cristiana Losekan (UFES) e Ligia Madeira (UFRGS), coordenadoras da pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e

Tecnologia Qualidade de Governo e Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (QualiGov). O tema da reunião se concentrou na definição da metodologia para a criação de uma base de dados abrangente sobre ações civis públicas e penais em matéria ambiental, vinculadas à 4ª CCR. O objetivo foi traçar estratégias para a obtenção dos dados, incluindo a análise detalhada de petições iniciais para identificar as partes e o mérito das demandas processuais, além da utilização de fontes como a plataforma DataJud do CNJ e a coleta de dados internos do MPF por estado, com foco em processos notórios como os do programa Amazônia Protege.

ATA/2025 - [PGR-00368633/2025](#)

25/09 - Reunião entre a 4ª CCR, o Procurador da República Daniel Azeredo e representantes do Instituto Igarapé para debater os desafios da cooperação internacional no combate ao garimpo ilegal nas fronteiras da Amazônia. A reunião enfatizou o alto valor do ouro como intensificador das atividades de exploração ilegal do metal e a complexidade da cadeia de suprimentos transfronteiriça, particularmente entre Brasil, Colômbia e Peru. Foram identificados obstáculos como a baixa formalização de casos de cooperação e as dificuldades técnicas no rastreamento de mercúrio e ouro ilegal, sendo urgente a necessidade de descapitalizar as organizações criminosas. A reunião culminou com o acordo de constituir um Grupo de Trabalho para operacionalizar a cooperação entre Brasil, Colômbia e Chile, e o compartilhamento de informações entre o MPF e as organizações de pesquisa.

ATA/2025 - [PGR-00374644/2025](#)

30/09 - A Coordenadora da 4ª CCR, em conjunto com os membros do GT Zona Costeira, participou do XV ENCOGERCO, realizado em Fortaleza-CE. O evento discutiu as propostas para a atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, contando com a presença de gestores estaduais e municipais, acadêmicos e pesquisadores do tema, setores econômicos, sociedade civil e representantes dos povos e comunidades tradicionais.

Notícia sobre o evento disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-discute-gerenciamento-da-zona-costeira-em-encontro-nacional-no-ceara>

01/10 - A Coordenadora da 4ª CCR participou da mesa de abertura do Curso “Aspectos Práticos da Atuação Estratégica do MPU na Proteção dos Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade - Módulo Meio Ambiente e Mudanças Climáticas”, promovido pela ESMPU. A organização do evento ficou a cargo do membro da 4ª Câmara, o Procurador Regional da República João Akira Omoto.

4. Agenda – reuniões e eventos previstos:

07/10/2025 - 14h às 17h	Evento: "Salvaguardando o Futuro: Um Diálogo sobre o Fortalecimento do Estado de Direito na Pan-Amazônia" - Local: B Hotel Brasília SHN Q 5 Bloco J Lote L - Asa Norte, Brasília - DF, 70705-100
09/10/2025 - 10h às 12h	Reunião com ICMBio, Ibama e Dr. Lucas Horta sobre mortandade de tartarugas.
13/10/2025	664ª Sessão de Revisão (Eletrônica)
14/10/2025 - 14h30	Reunião com a Consultoria Justiça Global sobre respostas institucionais e medidas adotadas em situações de desastres ambientais.
19/10/2025 até 23/10/2025	MPF na COP30 (PR-PA) - Local: Procuradoria da República do Pará
22/10/2025	Fórum de Procuradores-Gerais para a COP30 - Local: Belém/PA
24/10/2025 - 11h30	Reunião com a PFDC, 6ª CCR e Dr. Adonis sobre o caso Tapeba (Ceará)
27/10/2025	Lançamento do livro - Inteligência e ações estratégicas: o Ministério Público Federal diante das mudanças climáticas. Local: Espaço Multiuso
10/11/2025 e 11/11/2025	MPF na Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural (4ª CCR) - Local: Salvador/BA
10/11/2025	665ª Sessão de Revisão (Eletrônica)
25/11/2025 - 15h30	666ª Revisão / 58ª Coordenação
09/12/2025 - 15h30	667ª Revisão / 59ª Coordenação